



II Seminário Estadual de Geografia da Saúde Redes, Território e Cuidado 26 e 27 de maio de 2025 - UFFS Chapecó

REALIZAÇÃO



APOIO



A extensão universitária como ferramenta formativa nos eixos transversais da formação médica: reflexões a partir da educação ambiental

Beatriz Moreira Martins¹
Ana Cristina Almeida Dias²
Gildomar Leonel Wildner³
Laísa Costa Ribeiro⁴
Samara Gonçalves Pereira⁵
Jane Kelly Oliveira Friestino⁶
Rosane Paula Nierotka⁷

Introdução: nos últimos anos, a formação médica tem sido pauta recorrente em diversas discussões e políticas públicas no campo da saúde. Apesar dos avanços tecnológicos, curriculares e das transformações epidemiológicas e sociais que impactaram a educação médica nas últimas décadas, ainda persistem lacunas significativas para garantir uma formação integral e humanista. Transformar apenas metodologias de ensino e grades curriculares é insuficiente; é necessário inserir os estudantes em espaços de prática e reflexão que impactem diretamente seus mundos existenciais. Nesse contexto, a extensão universitária surge como ferramenta potente, sendo compreendida como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, que favorece a interação transformadora entre universidade e sociedade (Rios; Caputo, 2019). A extensão universitária, segundo a Política Nacional de Extensão Universitária (2012) é “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”. Possibilita a criação de cenários nos quais há interação entre diferentes sujeitos, de diversas origens e campos do saber. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2014 para o ensino médico preconizam, inclusive, em seu artigo 26, a necessidade de desenvolver ações extensionistas, “O Curso de Graduação em Medicina terá projeto pedagógico [...] com vistas à formação integral e adequada do estudante, articulando ensino, pesquisa e extensão, esta última, especialmente por meio da assistência” (p. 12). Complementarmente, a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação, determina que no mínimo 10% da carga

¹ Discente do curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Chapecó. beatrizmartins@estudante.uffs.edu.br

² Discente do curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Chapecó. anacristina.dias@estudante.uffs.edu.br

³ Assistente em Administração na Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Chapecó. gildomar.wildner@uffs.edu.br

⁴ Discente do curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Chapecó. laisa.ribeiro@estudante.uffs.edu.br

⁵ Discente do curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Chapecó. samara.pereira@estudante.uffs.edu.br

⁶ Docente do curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Chapecó. jane.friestino@uffs.edu.br

⁷ Docente do curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Chapecó. rosane.nierotka@uffs.edu.br



II Seminário Estadual de Geografia da Saúde Redes, Território e Cuidado 26 e 27 de maio de 2025 - UFFS Chapecó

REALIZAÇÃO



APOIO



horária dos cursos de graduação seja composta por atividades de extensão, inseridas na matriz curricular dos cursos (Brasil, 2018). A extensão universitária no curso de medicina também teve mudanças significativas por meio do Programa Mais Médicos para o Brasil (PMMB), lançado em 2013 pela Lei 12.871, em que aponta um escopo mais amplo em seus objetivos, dentre os quais se destacam o “III – aprimorar a formação médica no País e proporcionar maior experiência no campo de prática médica durante o processo de formação” e um olhar extensionista no objetivo “IV – ampliar a inserção do médico em formação nas unidades de atendimento do SUS, desenvolvendo seu conhecimento sobre a realidade da saúde da população brasileira [...]” (Brasil, 2013). A extensão universitária médica ainda prevê a necessidade de o profissional médico se adaptar às realidades sociais, ambientais, sanitárias e culturais com que irá se deparar, saber utilizar o linguajar adequado à região, estar comprometido socialmente, adotar diferentes atitudes que consigam diminuir a distância social em relação às famílias mais pobres, respeitar as vivências e conhecimentos populares, bem como, ações ambientais nas diferentes racionalidades de atenção à saúde (Rios; Caputo, 2019). Nesse cenário, este trabalho tem como objetivo refletir sobre como a extensão universitária pode fortalecer e operacionalizar os eixos transversais da formação médica, com ênfase na educação ambiental. **Materiais e métodos:** trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, do tipo ensaio reflexivo, fundamentado em análise crítica de documentos oficiais, como legislações, diretrizes curriculares e políticas públicas que regulamentam a formação médica e a extensão universitária no Brasil, a busca foi realizada em 27 de março de 2025. Além disso, o trabalho dialoga com a literatura científica recente relacionada à formação médica, humanização do cuidado e práticas extensionistas. A análise foi desenvolvida a partir de uma perspectiva crítica e interpretativa, buscando evidenciar como a extensão universitária pode ser um instrumento pedagógico que fortalece os eixos transversais da formação médica, como a educação ambiental. **Resultados e Discussão:** as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2014 indicam, entre os conteúdos fundamentais para o curso de Medicina, a abordagem de temas transversais que envolvam conhecimentos, vivências e reflexões sistematizadas como na educação ambiental (Brasil, 2014). No entanto, embora a presença desses temas esteja prevista, não há orientações claras sobre como sua abordagem deve ser efetivada nos currículos. A Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), reconhece o direito universal à educação ambiental e estabelece que esta deve ser implementada em todos os níveis e modalidades de ensino, de forma articulada entre as esferas formal e não formal. Segundo a lei todos têm direito a educação ambiental e esta deve ser exercida de forma articulada em todos os níveis e modalidades de ensino (formal e não formal) (Usevicius *et al.*, 2020). Segundo a PNEA, a educação ambiental deve promover a construção de valores, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas à conservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida. Ao correlacionar fatores como a qualidade da água, solo, ar, descarte inadequado de resíduos e poluição a impactos diretos na saúde humana, é possível estabelecer conexões entre os determinantes ambientais e o cuidado em saúde. Isso exige, portanto, uma formação médica atenta a esses aspectos e capacitada para intervir de maneira crítica e preventiva. A literatura destaca que ações como controle vetorial em áreas de risco, atividades educativas em saúde e educação ambiental e o acesso universal ao saneamento básico são fundamentais para a prevenção de doenças e promoção da saúde (Tondatto *et al.*, 2020). Quando integradas à extensão universitária durante a formação médica, essas práticas contribuem para o desenvolvimento de uma atenção integral à saúde, voltada para além da clínica individual,



II Seminário Estadual de Geografia da Saúde Redes, Território e Cuidado 26 e 27 de maio de 2025 - UFFS Chapecó

REALIZAÇÃO



APOIO



sensível aos contextos socioambientais nos quais os indivíduos vivem. Ainda, desenvolver atividades de educação ambiental de forma preventiva é o modo mais assertivo para mudar a realidade de saúde das comunidades. **Considerações finais:** diante dos desafios contemporâneos da formação médica, torna-se urgente reconhecer a extensão universitária como uma estratégia essencial para promover uma formação integral, crítica e comprometida com as realidades socioambientais do país. A inserção dos estudantes de medicina em cenários reais do SUS, por meio de ações extensionistas, possibilita não apenas o contato com a diversidade de contextos e determinantes sociais da saúde, mas também o desenvolvimento de uma consciência cidadã e ambiental, articulando teoria e prática de forma transformadora. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de que os eixos transversais, como a educação ambiental, estejam presentes de forma mais estruturada e intencional nas Diretrizes Curriculares Nacionais, superando o caráter apenas prescritivo e oferecendo subsídios concretos para sua implementação nos currículos. Metodologias inovadoras no campo da extensão têm o potencial de ampliar o olhar dos futuros médicos para além da doença, promovendo o cuidado em saúde de forma integral, preventiva e sensível às condições de vida da população. Assim, é possível vislumbrar uma formação médica mais humana, comprometida com o bem-estar coletivo e com a sustentabilidade do ambiente em que se insere.

Descritores: Formação Médica; Educação em Saúde Ambiental; Extensão Comunitária.

Eixo temático: Eixo temático 3 - Território, Ambiente e Saúde

Referências

Brasil. Ministério da Educação (2014). **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Med.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2025.

Brasil. Ministério da Educação (2018). **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 mar. 2025.

Brasil. Presidência da República. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF: 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 27 mar. 2025.

Brasil. Presidência da República. Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013. **Institui o Programa Mais Médicos**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF: 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/mais-medicos>. Acesso em: 27 mar. 2025.



II Seminário Estadual de Geografia da Saúde Redes, Território e Cuidado 26 e 27 de maio de 2025 - UFFS Chapecó

REALIZAÇÃO



APOIO



RIOS, D. R. S.; CAPUTO, M. C. Para Além da Formação Tradicional em Saúde: Experiência de Educação Popular em Saúde na Formação Médica. **Revista brasileira de educação médica**, v. 43, n. 3, p. 184-195, 2019.

TONDATTO, F. A. *et al.* Saneamento básico e saúde ambiental: uma análise dos impactos na saúde pública. **Revista Brasileira de Saúde Ambiental**, v. 25, n. 3, p. 45-58, 2020.

USEVICIUS, P. M. A.; TAVARES, G. G. Educação ambiental e escolas médicas: estudo documental dos projetos pedagógicos dos cursos de medicina do Centro-Oeste brasileiro. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, n. 1, p. e044001, 2020.

Financiamento (se houver): não se aplica.

Agradecimentos: (se houver): não se aplica.